

Holding Cattleya Participações S/A

CNPJ 31.636.768/0001-80 - NIRE 35300522460

Relatório da Administração

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, Relatório dos Auditores Independentes da Moore Consulting News Auditores Independentes, bem como as notas explicativas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021. Belo Horizonte, 13 de maio, de 2022. A Diretoria

Balanço Patrimonial			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	40.145.619	800
Partes relacionadas - créditos a receber	5	103.175.368	13.817.816
Direitos a receber	6	53.817.031	63.057.572
Tributos a recuperar		81.509	-
Total do ativo circulante		197.219.527	76.876.188
Não Circulante			
Realizável a longo prazo		156.451.194	-
Partes relacionadas - créditos a receber	5	155.451.194	-
Adiantamentos		1.000.000	-
Investimentos	7	97.517.729	-
Total do ativo não circulante		253.968.923	-
Total do ativo		451.188.450	76.876.188

Balanço Patrimonial			
Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	8	3.300.000	-
Tributos e contribuições	9	41.731	655.335
Credores diversos	10	49.950.000	49.950.000
Obrigações decorrentes de controladas	7,2	68.144.754	-
Total do passivo circulante		121.436.485	50.605.335
Patrimônio líquido			
Capital social	11	423.950.216	25.750.500
Reserva de lucros		(94.198.252)	520.353
Total do patrimônio líquido		329.751.965	26.270.853
Total do passivo		451.188.450	76.876.188

Demonstração dos Resultados			
Receitas (despesas) operacionais	Nota	2021	2020
Despesas administrativas	12	(21.182.047)	(2.901.885)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(150.361)
Equivalência patrimonial	7,3	(86.539.048)	-
Resultado antes do resultado financeiro líquido e IRPJ e CSLL		(107.721.095)	(3.052.246)
Resultado financeiro líquido	13	1.113.590	3.099.391
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		(106.607.505)	47.145
IRPJ e CSLL corrente		-	(11.315)
Total		(106.607.505)	35.830

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Holding Cattleya Participações, é uma Sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo - São Paulo, e tem como objeto social a atuação como Holding de instituições não financeiras. A companhia foi constituída originalmente sob a denominação CMN Solutions A149 Participações S/A., tem como Objeto Social a Participação em Outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no Exterior (holding) com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300522460, tendo sido adotada a denominação atual Holding Cattleya Participações S/A., por deliberação e aprovação na assembleia geral extraordinária realizada em 26 de março de 2019. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, conforme Pronunciamento Técnico CPC PME, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. Estão consideradas as normas da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram arredondadas para Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pela Diretoria em 13 de maio de 2022. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras em 31 de 2021 e 2020, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente às demonstrações financeiras apresentadas. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa final apurado pelo método de conciliação e comprovação das despesas, e bancos pelo método de conferência dos recebimentos e pagamentos e conciliação final pelo extrato de cada mês do período. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente convertíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados. Quando as aplicações financeiras não se enquadram nos critérios de equivalentes de caixa, são classificadas na rubrica Aplicações financeiras, separadamente. **3.2. Partes Relacionadas:** Refere-se a contratos de mútuo e atualizações no período de acordo com a legislação pertinente em vigor. **3.3. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **3.4. Ativos circulantes e não circulantes:** Contabilizados pelo método da legislação pertinente em vigor com as atualizações monetárias conforme descritos em cada documento ou contrato assinado pelas partes envolvidas. **3.5. Apuração do resultado:** Apuração feita com base na legislação pertinente em vigor, pelo confronto de Receitas e Despesas existentes no período. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes:** Tributos e contribuições contabilizados pelo método da legislação fiscal pertinente em vigor com as atualizações monetárias do período. **3.7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** Os valores são apurados com base na legislação fiscal pertinente. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são representados pelos montantes em caixa e depósitos bancários à vista, e aplicações financeiras:

Descrição	2021	2020
Caixa	40.145.619	800
Banco	1.184	300
Aplicações Financeiras	40.143.935	-
Total	40.145.619	800

5. Partes Relacionadas - créditos a receber: Referem-se a contratos de mútuo e estão sujeitos a atualizações monetárias conforme contratos em vigor.

Descrição	2021	2020
Circulante		
Argue Lima Geo	17.152.500	4.462.473
Carlos Geo Quick	17.152.500	4.462.473
João de Lima Géo Quick	17.152.500	4.462.473
Civex Serviços Financeiros	41.577.000	-
Mecominas Mecanização	4.088.300	-
CAP Ativos	5.829.200	-
Outros	223.368	430.397
Total	103.175.368	13.817.816

6. Direitos a Receber: Referem-se aos contratos de cessão de créditos adquiridos e atualizados mensalmente conforme contratos em vigor. Não há prazos para a realização desses direitos a receber.

Descrição	2021	2020
CAP Ativos Ltda	16.439.934	16.253.120
Q Participações Ltda	7.260.835	7.174.269
Setran Transportes	6.158.358	6.158.358
Mecominas Mec Empreendimentos	5.936.296	5.865.294
Cetibras Loc. Veículos Equip. Ltda	4.510.392	4.456.617
Ageo Agropecuária Ltda	4.251.127	4.200.443
João de Lima G. Filho	3.976.979	3.929.564
Civex Serviços Financeiros Ltda	3.855.517	-
Argue de Lima G	3.015.176	2.979.227
Oruiviro Agropecuária Ltda	2.272.706	2.245.610

7. Investimento: 7.1. Composição dos investimentos: Nas demonstrações financeiras, os investimentos da Companhia são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme demonstrado:

Descrição	2021	2020
Investimentos em controladas	33.152.381	-
Ágio sobre mais valia de ativos	64.365.348	-
Total	97.517.729	-

7.2. Movimentação dos investimentos na controladora:

Descrição	Mecominas			G1	Total
	Mecanização	CAP Ativos	Participações		
Saldos em 31/12/2020					
Aporte de capital (a)	17.587.800	31.830.000	54.355.385	-	103.772.985
Equivalência Patrimonial	(9.723.653)	(8.670.639)	-	-	(18.394.292)
	-	-	280.114	-	280.114
Ajuste de exercício anterior	10.154.937	1.703.985	-	-	11.858.922
Saldo em 31/12/2021	18.018.884	24.863.346	54.635.499	-	97.517.729
Obrigações decorrente de controladas - passivo (b)	-	-	(68.144.754)	-	(68.144.754)
Saldo em 31/12/2021	18.018.884	24.863.346	(13.509.255)	-	29.372.975

(a) No ano de 2021, a sociedade adquiriu participação societária nas controladas, com as seguintes características: Mecominas Mecanização: Em 02/06/2021, a companhia adquiriu participação societária na Mecominas, com o valor de R\$ 17.587.800, conforme alteração contratual, devidamente registrada na JUCEMG. CAP Ativos: Em 02/06/2021, a companhia adquiriu participação societária na CAP Ativos, com o valor de R\$ 31.830.000, conforme alteração contratual, devidamente registrada na JUCEMG. G1 Participações: A companhia adquiriu participação societária na G1 Participações, em 02/06/2021, com o valor de R\$ 3.178.000, e em 25/10/2021, com o valor de R\$ 51.177.385, conforme alterações contratuais, devidamente registradas na JUCEMG. (b) Refere-se ao reflexo da equivalência patrimonial, saldo negativo do patrimônio líquido no ano de 2021, na controlada G1 Participações, pois, os resultados negativos da equivalência patrimonial foram superiores ao valor do investimento no ativo.

7.3. Informações sobre as empresas controladas:

Empresa controlada	Mecominas			G1	Total
	Mecanização	CAP Ativos	Participações		
Informações societárias					
Controle	Direto	Direto	Direto	-	-
Total do ativo/passivo	124.827.731	78.031.308	4.036.369	-	-
Cálculo da equivalência patrimonial					
Patrimônio líquido	71.024.374	28.446.424	(68.144.754)	-	31.326.044
Participação no capital social	25.373	53.208	100.000	-	178.581
Patrimônio equivalido	18.018.884	15.133.498	(68.144.754)	-	(34.992.373)
Ágio	-	9.729.848	54.635.500	-	64.365.348
Valor investimento após Ágio	18.018.884	24.863.346	(13.509.255)	-	29.372.975
Equivalência patrimonial do ano	(9.723.653)	(8.670.641)	(68.144.754)	-	(86.539.048)

8. Fornecedores: O saldo das contas a pagar de fornecedores é mensurado pelo custo amortizado, e estava assim composto:

Descrição	2021	2020
Renata Terezinha	3.300.000	-
	3.300.000	-

9. Tributos e Contribuições: Os valores são apurados com base na legislação fiscal pertinente para (IRPJ / CSLL) e contribuições a recolher, PIS e COFINS apurados sobre a Receita Financeira, conforme apresentamos:

Descrição	2021	2020
IRPJ a recolher	-	263.539
CSLL a recolher	-	118.368
PIS a recolher	5.715	38.198
COFINS a recolher	34.803	235.067
Outros	1.213	163
Total	41.731	655.335

10. Credores Diversos: Emissão de debêntures conversíveis em ações, debenturista o Murano Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, conforme AGE de 17 de fevereiro de 2022.

Descrição	2021	2020
Cattleya Fundo de Investimento Participações Multiestratégia	49.950.000	49.950.000
Total	49.950.000	49.950.000

Diretoria	
Rodrigo Medrado Bord - CPF - 012.178.166-66 - Diretor	Argue de Lima Géo Filho - CPF - 013.543.656-74 - Diretor

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Holding Cattleya Participações S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Holding Cattleya Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Holding Cattleya Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Baixa Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos os procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião, bem como comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2022

Moore Consulting News Auditores Independentes	Adelmo de Oliveira
CRC-MG 69494/0-4	CRC/MG - 46.235/0-4
	Contador - Sócio Responsável

COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – APCFE/REDI-SP (EM LIQUIDAÇÃO)

REUNIÃO LIQUIDANTE / CONSELHO FISCAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Liquidante da COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – APCFE/REDI-SP (em liquidação), CNPJ (MF) nº 07.814.673/0001-24, SR. EDVALDO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, nascido em 01/05/1963, bancário, solteiro, CPF: nº. 100.983.238-73 e RG: nº. 16.184.139-9, no uso de suas atribuições, vem convocar os Conselheiros Fiscais, nomeados na AGO/AGE de 31 de março de 2021, para reunirem-se na sede da Cooperativa à Rua 24 de maio, 208 – 10º andar – República - São Paulo/SP, no dia 10 de agosto de 2022, às 15h (quinze) horas, em primeira convocação; às 16h (dezesseis) horas em segunda convocação ou às 17h (dezessete) horas, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos: **ORDEM DO DIA:** 1. Apresentação da Documentação da homologação do pedido de liquidação junto ao Banco Central; 2. Apresentação dos relatórios do Conselho Fiscal e Parecer sobre as demonstrações financeiras no período de encerramento; 3. Análise do Planejamento do encerramento e elaboração das demonstrações contábeis finais de acordo com a legislação; 4. Análise do processo de recebimento dos valores em aberto e protestados (Créditos); 5. Análise do processo de pagamento judicial dos valores aos cooperados falecidos; 6. Análise do encerramento das contas bancárias; 7. Deliberação sobre o encerramento da cooperativa em todos os órgãos públicos e baixa do CNPJ e Inscrição Municipal; 8. Demais assuntos de interesse. São Paulo, 03 de agosto de 2022.

Edvaldo Rodrigues da Silva - Liquidante

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº 216-A da Lei Federal nº 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.342.620 em 05 de maio de 2022, neste Serviço Registral, REQUERIMENTO DE RECONEHIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO (Usucapião Ordinária - artigos 1.242 e 1.243 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados: **CÍRCULO JOSE DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado nesta Capital, o qual alega deter a posse mansa e pacífica, com *animus domini* desde 2015, que adquiriu através de Instrumentos Particulares de Compromisso de Venda e Compra, datados de 14 de fevereiro de 2015, celebrado com os herdeiros de Onésia de Freitas Moraes, Antônio Marcos de Freitas Moraes e Shirley Feitas Moraes de Andrade casada com Jose Assis de Andrade; sendo certo que Onésia de Freitas Moraes, adquiriu o imóvel de Bruno de Pol, conforme recibo do pagamento da primeira parcela acordada, datado de abril de 1.956, o imóvel situado na Rua Arhanandu Mirim, nº 350, correspondente a parte do lote nº 02 da quadra H, do loteamento denominado Jardim das Flores, no 29 Subdistrito - Santo Amaro, com área de superfície de 128,72m², cadastrado na Municipalidade de São Paulo, pelo contribuinte sob o nº 094.191.0027-8; imóvel esse que se acha registrado em área maior, conforme a transcrição nº 63.196 deste Registro de Imóveis, na qual foi implantado o loteamento denominado "Jardim das Flores", regularmente inscrito sob o nº 199, no Livro 8 de Registro Especial, sob a titularidade domínial do BRUNO DE POL. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos, Espólio de BRUNO DE POL, ANTONIO MARCOS DE FREITAS MORAES, SHIRLEY FREITAS MORAES DE ANDRADE, JOSÉ ASSIS DE ANDRADE, MILNORU HAMADA, TIZUCO HAMADA, JOSE ANTONIO DOS SANTOS e MARIA LEIVINO DOS SANTOS, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11º Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 02 de agosto de 2.022. O Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.392.837, em 20 de janeiro de 2022, neste Serviço Registral, REQUERIMENTO DE RECONEHIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO (Usucapião Extraordinária - artigos nºs 1.238, 1.243 e 1.207 ambos do Código Civil), instruído com a Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **ONEZIO HONORATO DA SILVA**, brasileiro, vendedor, e sua mulher **MARIA APARECIDA DA FONSECA**, brasileira, do lar, casadas pelo regime comunitário de bens, residentes e domiciliadas nesta Capital, os quais alegam deter a posse mansa e pacífica, com *animus domini*, desde 24 de novembro de 1979; que adquiriram através de instrumento particular de cessão e transferência de proposta de reserva de lote, celebrado com Claudio Almeida Palermo e Maria das Graças Palermo, posse essa que se refere ao **IMÓVEL** correspondente ao SOBRADO com área construída de 329,48m², situado Rua Professor Alfredo Attié, nº 68, antiga Rua Oito, e seu terreno com área de superfície de 198,90m² correspondente a parte do lote nº 05 da quadra nº 07 do loteamento denominado "Parque das Nações - Gleba IV", no 32º Subdistrito - Capela do Socorro, cadastrado na Municipalidade de São Paulo, pelo contribuinte sob o nº 175.255.0009-5; imóvel esse registrado em área maior, conforme a matrícula nº 32.064. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos, ESPÓLIO DE MARIANELE DA SILVA, MARIELENE DA SILVA, PEDRO FREITAS DOS SANTOS, FÉLIX ADAS, GETULIO OLIVEIRA DINIZ, ANTONIO MARIO ROCHA SALES e GETULIO OLIVEIRA DINIZ oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e